



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

**GLOBALIZAÇÃO, POLÍTICA E CIDADANIA**

---

**CAPITAL SOCIAL DAS ELITES PARLAMENTARES PORTUGUESAS: UMA APROXIMAÇÃO  
AO SEU PERFIL ASSOCIATIVO**

---

ALMEIDA, Jorge

Doutorando em Sociologia

ISCTE-IUL

[Jorge.fonsecaalmeida@millenniumbcp.pt](mailto:Jorge.fonsecaalmeida@millenniumbcp.pt)



### Resumo

Portugal, quando comparado com os restantes países da União Europeia, exhibe um baixo grau de Capital Social. O cumprimento das normas, regras e leis é reduzido, a abstenção é elevada, a confiança entre os cidadãos e entre estes e as instituições governamentais reduzida e a luta contra a corrupção virtualmente inexistente. A existência de uma forte ligação entre o Capital Social e o grau de desenvolvimento económico, social e cívico das sociedades é hoje um facto bem estabelecido. Importantes trabalhos quer do lado da Economia quer da Sociologia coincidem na conclusão que as sociedades com menor Capital Social tendem a desenvolver-se menos e a tolerar índices superiores de desigualdades. No entanto o mecanismo de transmissão dos efeitos positivos do Capital Social no desenvolvimento económico e social prende-se, quase em exclusivo, com um tipo particular de Capital Social. Aquele que une pessoas de condições e grupos diferenciados (*bridging*). Em Portugal as elites políticas e sociais têm a obrigação de liderar o país na busca de estratégias que permitam ultrapassar a situação atual em que todos, ou quase todos, os atores perdem (*lose-lose*) por ausência dos níveis adequados de Capital Social. Mas para o fazerem precisam primeiro de reforçar o seu próprio Capital Social. Este trabalho analisa um dos aspetos mais relevantes do Capital Social o associativismo dos deputados portugueses, um importante subgrupo das elites políticas. O número de pertenças e a sua natureza permitem traçar uma tentativa de perfil do Capital Social dos Parlamentares nacionais.

### Abstract

Portugal, when compared with other European Union countries, displays a low level of capital. Compliance with the standards, rules and laws is reduced, abstention is high, confidence among citizens and between citizens and the government institutions is also low and the fight against corruption virtually nonexistent. The existence of a strong link between social capital and the level of economic, social and civic development of societies is now a well established fact. Important economic and sociological studies coincide in concluding that societies with lower social capital tend to grow less and tolerate higher rates of inequality. However, the transmission mechanism of the positive effects of social capital to social and economic development is, almost exclusively, due to a particular type of social capital -the one which unites people of different conditions and backgrounds (*bridging social capital*). In Portugal, political and social elites have an obligation to lead the country in search of strategies for overcoming the current situation in which all, or nearly all, the players loose (a real *lose-lose* game) because of the absence of adequate levels of social capital. But to do it they must, first of all, strengthen their own social capital. This paper examines one of the most relevant aspects of the social capital, the associativism, of the Portuguese members of the Parliament (MPs) an important subgroup of Portuguese political elites.

Palavras-chave: Capital Social; Elites, Deputados, Associativismo

Keywords: Social Capital, Elites, Members of Parliament, Associativism

PAP0088



## **ÍNDICE**

1. Introdução
2. Renovação Parlamentar e participação cívica
3. Capital Social e elites
4. Capital Social em Portugal
5. Participação cívica dos deputados da X e XI Legislaturas
6. Conclusões

## 1. INTRODUÇÃO

Na primeira década do segundo milénio um conceito, que foi desenvolvido teoricamente no último quarto do século anterior, mas cuja origem se pode encontrar cerca de 70 anos antes, tem vindo a ser testado e confirmado num conjunto alargado de estudos quer nos Estados Unidos quer noutros continentes: o conceito de Capital Social.

A saúde mental e física dos indivíduos, o desenvolvimento económico das sociedades, o grau de desigualdades sociais e o vigor e a qualidade dos sistemas democráticos são áreas em que o grau e o tipo de capital social dos indivíduos e das comunidades têm impacto comprovado.

Num estudo pioneiro, publicado sob o título *Making Democracy Work*, sobre a experiência de regionalização italiana, Robert D. Putnam identificou o capital social das comunidades como o principal fator explicativo das diferenças abissais de desempenho verificadas entre os vários governos locais. Mais do que o grau de desenvolvimento económico, que é obviamente relevante, mais do que as escolhas eleitorais dos cidadãos, e Putnam verificou que as regiões governadas pelo Partido Comunista Italiano tinham melhor desempenho que as lideradas por outros agrupamentos políticos, mais do que todas as outras possíveis explicações, o fator que melhor esclarecia as diferenças de resultados dos vários governos regionais ao fim de quase duas décadas decorridas após a reforma institucional era o capital social.

Putnam constatou que as regiões com maior capital social se desenvolveram economicamente mais depressa, criaram melhores infraestruturas e equipamentos sociais e diminuíram desigualdades. Nestas zonas os cidadãos intervinham regularmente, votando, mas também participando em associações cívicas e políticas e apoiando causas genéricas. Os governos eram aqui mais estáveis e a atendiam às preocupações dos eleitores. Inversamente as regiões de menor capital social, cresceram o seu produto económico a ritmo inferior à média nacional, não conseguiram construir os equipamentos escolares, de saúde e sociais necessários à sua população e não conseguiram fazer recuar as desigualdades. Aqui os cidadãos não intervinham, a taxa de abstenção eleitoral era maior, a participação cívica reduzida e os interesses defendidos apenas os individuais e/ou de índole familiar. Os governos eram inefficientes e muito instáveis.

Este estudo veio abrir caminho a uma miríade de estudos que procuram examinar, identificar e medir o impacto do capital social das elites, dos indivíduos e das comunidades e sociedades no sistema político.

De uma forma simplificada, podemos afirmar que o consenso, embora com muitas vozes qualificadas discordantes, aponta para a existência de uma relação entre o grau e a qualidade do capital social e o tipo de sistema político. Ainda mais simplificado, diríamos que em sociedades de baixo capital social é expectável encontrar sistemas autoritários ou democracias pouco desenvolvidas e em países de maior capital social florescem democracias mais participadas e maduras.

Estas conclusões, nomeadamente a da existência de uma relação entre capital social e sistema político, têm encontrado apoio em vários estudos efetuados na Europa que têm mostrado que os países com menor capital social são exatamente os países da Europa Central e de Leste a par com alguns países do Sul da Europa. No entanto não fica cabalmente demonstrado com estes estudos qual a direção dessa relação. Se foram os Estados que, pela sua ação repressora, destruíram a confiança das pessoas nas instituições e umas nas outras e que destruíram as várias formas de intervenção cívica e de relacionamento interpessoal dos cidadãos, ou se, pelo contrário, foi o baixo capital social dessas sociedades que permitiu a ascensão e permanência desses regimes.

Na nossa intervenção de hoje abordaremos a participação em associação cívicas ou em organizações de interesses de um subconjunto das elites políticas: os membros do Parlamento português.

## **2. RENOVAÇÃO PARLAMENTAR E PARTICIPAÇÃO CÍVICA**

Cada eleição é uma oportunidade de renovação do Parlamento, quer pela oscilação do voto dos eleitores – e as eleições são um jogo de soma nula, o deputado que um partido ganha é um deputado que outro partido perde – quer pelo abandono do hemiciclo dos parlamentares chamados a desempenhar funções governativas.

As eleições são também uma oportunidade para as direções dos partidos alinharem as respetivas representações parlamentares com a sua linha política, afastando elementos críticos e promovendo personalidades próximas.

São também periodicamente uma oportunidade para partidos normalmente extraparlamentares, como o Partido da Terra ou Partido Popular Monárquico, tentarem integrar-se em alianças que lhes assegurem alguns lugares elegíveis.

As eleições legislativas realizadas em 2005 (a 20 de Fevereiro) e que deu origem à X Legislatura, e em 2009 (27 de Setembro) que elegeu a XI Legislatura, foram momentos de considerável renovação parlamentar.

Em 2005 entraram pela primeira vez na Assembleia da República 101 novos deputados, 44% do total de membros da Assembleia da República. Em 2009 o número de estreantes foi menor mas mesmo assim situou-se nos 79 deputados, representando mais de 30% do efetivo total do Parlamento.

Vários estudos e autores apontam no sentido de que no sistema político português a ligação entre o eleitor e o eleito é ténue e não é necessária para assegurar a eleição da maioria dos deputados. Estes apenas precisariam do apoio dos dirigentes do seu partido para serem incluídos nas listas em lugar elegível. Os eleitores votam nos Partidos ou nos principais dirigentes partidários e, nesse processo, elegem muitos deputados anónimos, que não conhecem nem reconhecem e com os quais a sua relação é muito reduzida ou nula. Esta tese está em linha com a teoria do Capital Social que prevê que em sociedades com baixos níveis de capital social os regimes tendam a ser menos participativos e exibir uma maior distância entre eleitores e eleitos.

Uma das principais formas de qualquer indivíduo manter estreitos laços com a sociedade em que se insere é através da participação em associações cívicas de várias naturezas: culturais, religiosas, de solidariedade social, ambientais, académicas, recreativas ou outras. Essas associações também podem tomar a forma de grupos de interesses, sindicais, patronais ou mesmo profissionais.

De um ponto de vista da teoria do Capital Social diríamos que numa sociedade relativamente pobre neste tipo de recurso, o tipo de sistema político afasta-se da democracia participativa e evolui num sentido de uma democracia mais formal do que substancial e em que a distância, a desconexão entre eleitores e eleitos tende a ser elevada e consequentemente a confiança nas instituições e nos parlamentares baixa.

É pois, na perspetiva que a maioria dos deputados não necessita de uma proximidade nem de um envolvimento com a sociedade e os eleitores, expectável que a grande maioria dos deputados exiba níveis baixos de participação cívica. Mesmo os estreantes, aqueles que entram pela primeira vez na Assembleia da República, terão um baixo envolvimento cívico na medida em que dele não necessitam. Mais ainda, esta expectativa se estenda a todos os partidos por igual e a todos os escalões etários e profissionais.

É o que nos propomos verificar relativamente a essas duas últimas legislaturas com base nos dados recolhidos pelos investigadores André Freire, José Manuel Leite Viegas e publicados com o livro *Representação Política em Portugal*. Utilizaremos especialmente a informação contida nas bases de dados contendo as Fichas Biográficas dos Deputados Portugueses 1975-2009 (Freire & Viegas, 2009).

Antes porém duas palavras sobre os conceitos de capital social e de elites.

## **3. CAPITAL SOCIAL E ELITES**

### **3.1. Capital Social**

O primeiro autor a definir claramente um conceito de capital social foi o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2003), que vê o capital social como uma das três formas de capital conjuntamente com o capital cultural e o capital económico.

*o capital pode apresentar-se em três formas fundamentais: como capital económico, que é directa e imediatamente convertível em dinheiro, e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade; como capital cultural, que é convertível, em certas condições, em Capital económico e pode ser institucionalizado na forma de qualificações académicas; e como capital social, constituído por obrigações sociais (conexões) que é convertível, sob certas condições, em Capital económico, e pode ser institucionalizado na forma de um título de nobreza. (Bourdieu, 2010).*

O capital social é definido como sendo o conjunto de recursos de uma rede de contactos, ou de um grupo, que um indivíduo pode mobilizar. O capital social seria assim um reservatório coletivo de capital económico e cultural que cada membro do grupo poderia utilizar, em certas circunstâncias. O Capital Social poderia ser convertido em qualquer das outras formas de Capital, processo que Bourdieu designou de transubstanciação do Capital.

O acesso a este tipo de capital, o capital social, seria obtido através da pertença a uma rede exclusiva, normalmente identificada por um nome, título ou símbolo, e através do preenchimento de uma série atos específicos. Bourdieu vê o Capital Social como propriedade exclusiva de certos grupos sociais, nomeadamente da elite aristocrática.

Numa linha diferente, assente na visão do individualismo metodológico, o sociólogo norte-americano James S. Coleman desenvolveu outra perspetiva do conceito de Capital Social, que define pela sua função. O Capital Social seria constituído por um conjunto de diferentes estruturas sociais que facilitam a ação dos atores – sejam eles pessoas individuais ou coletivas (Coleman, 1988).

Coleman indica as várias formas de Capital Social - i) Obrigações, expectativas, ii) canais de informação e iii) Normas e sanções efetivas - e identifica as estruturas sociais que facilitam a emergência de certas formas de capital social: i) o fechamento das redes sociais que estimulam a criação de normas, pela possibilidade de imposição de sanções e ii) a existência de organizações sociais apropriáveis, isto é, que possam ser usadas para múltiplos fins (Coleman, 1994)

O Capital Social é visto como um bem público, um tipo de bem apresenta duas características essenciais: i) não-rival - a sua utilização/consumo por uma pessoa não reduz a possibilidade de utilização/consumo dos outros e, ii) não-excluível - não permite que ninguém dele seja excluído. Desde que exista todos dele podem participar. Esta visão é radicalmente diferente da que encontramos em Bourdieu que associava o capital social a capital apropriável por um grupo restrito de indivíduos.

Para Coleman o Capital Social é uma propriedade emergente da interação dos atores em circunstâncias específicas ou facilitadoras. Vemos aqui outra diferença fundamental entre Bourdieu e Coleman, enquanto para o primeiro as redes de suporte do capital social são diligentemente construídas através do esforço de ligação entre membros das elites, em Coleman o Capital Social é uma propriedade emergente de atividades com finalidades totalmente diferentes.

Na senda de Coleman vem Robert D. Putnam. No seu trabalho sobre os governos regionais italianos, Putnam conclui que um dos fatores que explicava o desempenho muito desigual destas instituições era o capital social diferente de que cada região dispunha (Putnam, 1994). Nesta obra Putnam conserva um entendimento do capital social muito próximo do de Coleman e cito: “*por capital quero dizer, aspetos da vida social – redes, normas e confiança – que permitem aos participantes agir em conjunto para alcançar objetivos comuns*” (Putnam, 1994, p 19)

Este autor distingue entre dois tipos de capital social: o inclusivo e o exclusivo. O tipo exclusivo tende a gerar solidariedade grupal e a produzir reciprocidade do tipo específico. É uma cola forte que une elementos já com muito em comum e pode levar a fortes antagonismos face aos indivíduos exteriores ao grupo. O capital social inclusivo, unindo pessoas de diferentes origens socioeconómicas, tende a permitir o fluxo de informação e o acesso a um conjunto mais amplo de ativos.

Putnam distingue também dois tipos de laços interpessoais, os de carácter horizontal, entre iguais, e os de carácter vertical, entre um superior e um inferior/cliente e verifica que os laços horizontais são os mais adequados à criação de normas de reciprocidade consistentes. Nos países de menor Capital Social os laços que tendem a predominar são os de tipo vertical.

A medição dos níveis de Capital Social de uma sociedade ou de um grupo é normalmente efetuada apurando os níveis de confiança quer entre os seus elementos uns com outros quer entre os membros do grupos ou da sociedade e as principais instituições presentes. Mais à frente veremos que existem estudos transeuropeus que procuraram determinar os níveis de Capital Social das várias sociedades do velho continente.

### 3.2. Elites

A Teoria das Elites foi desenvolvida inicialmente por Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Roberto Michels. Neste trio todos eram italianos e todos apoiaram de forma mais ou menos declarada e entusiasta o fascismo italiano.

O conceito de Elite ou Classe Eleita surge com grande nitidez em Vilfredo Pareto no seu Tratado de Sociologia Geral. Ao conjunto dos indivíduos que ocupam os primeiros lugares na sua atividade designa Pareto de classe eleita ou elite - *“Façamos portanto uma classe daqueles que têm os índices mais elevados no ramo da sua atividade, à qual daremos o nome de classe eleita (elite)”* (Pareto, 2008, p.451).

Por seu turno a classe eleita, subdivide-se em duas componentes distintas: a classe eleita, que detêm as rédeas do poder político e designada por classe eleita de governo, e a que não detêm qualquer poder político e que, naturalmente, apelida de classe eleita não de governo. O poder, independentemente da forma legal que se reveste em cada momento, será sempre uma oligarquia assente numa elite tendencialmente meritocrática.

A teoria de Mosca surge com a publicação da sua obra *“Elementos de Ciência Política”* em 1896, sendo portanto anterior ao Tratado de Pareto. Mosca parte da constatação de que em todas as sociedades se pode distinguir duas classes bem distintas: os governantes e os governados: *“In all societies – from societies that are meagerly developed and have barely attained the dawning of civilization, down to the most advanced and powerful societies – two classes of people appear – a class that rules and a class that is ruled”* (Mosca, 1997).

A classe governante, que também designa de classe política, é menos numerosa que a classe governada, mas consegue impor o seu domínio por agir de forma organizada. O indivíduo isolado não consegue fazer frente à minoria organizado e é submetido.

Estes autores ligaram as elites a uma superioridade moral ou técnica sobre os restantes atores, mas essa visão cedeu lugar a definições mais neutras e mais objetivas. Assim as elites podem de um modo simples e pragmática ser descritas como o conjunto dos indivíduos capazes de, em virtude da sua posição de autoridade em organizações e movimentos poderosos, moldar os resultados políticos de um Estado (Burton & Higley, 1987, p 5).

De facto a generalidade dos autores rever-se-ia na seguinte afirmação: *“Elites thus constitute a nation's top leadership in all sectors--politics, government, business, trade unions, the military, the media, religion, the intellectual--including both "establishment" and "counterelite”* (Burton & Higley, 1987, p 5).

Mas apesar de algum consenso ao nível de uma definição basilar, a verdade é que ainda existem várias teorias competitivas em relação a este conceito.

Hoje coexistem, segundo o G. William Domhoff, cinco grandes teorias relativas ao poder e às elites: i) Teoria Pluralista, ii) Teoria da Autonomia do Estado, iii) Teoria das Quatro redes, iv) Teoria das Elites e v) Teoria Marxista (Domhoff, 2005).

Podemos encontrar aqui alguns pontos comuns com a Teoria do Capital Social – as elites governantes dispõem de maior capital social, estão mais organizadas, existe entre elas uma maior confiança que lhes permite agir em sintonia, estabelecer regras e normas entre si e impô-las aos outros.

Um estudo recentemente publicado pelo Professor Leite Viegas revelou que os deputados portugueses têm em termos de participação em associações cívicas de vários tipos uma taxa de participação, quer como dirigentes, quer como membros ativos, quer mesmo enquanto simples membros, superior à da média da população portuguesa e mesmo superior à da população portuguesa com estudos superiores (Viegas, 2009). Superior, contudo, não quer dizer elevado.

#### **4. CAPITAL SOCIAL EM PORTUGAL**

Portugal é um país de baixo Capital Social, a confiança dos portugueses nas instituições políticas é fraca quando comparada com a dos países do norte da Europa, a participação cívica é igualmente diminuta.

Num muito citado trabalho de 1997, Stephen Knack e Philip Keefer, com base em resultados do inquérito do World Values Survey envolvendo 29 países de todos os continentes, construíram indicadores para medir a Confiança, Civismo, Associativismo e Confiança no Governo (Knack & Keefer, 1997).

Portugal apresenta valores muito reduzidos em termos de Confiança (26º lugar, atrás de países como a Itália, o Chile ou a Nigéria ou a África do Sul), de Civismo (26º lugar, atrás de países como a Nigéria, o Brasil e a Turquia), de Associativismo (sétimo a contar do fim) e de Confiança no Governo (27º lugar) (Knack & Keefer, 1997).

Outros estudos mais recentes, nomeadamente os de Morales (2010), chegam a conclusões semelhantes em termos do posicionamento de Portugal em termos de Capital Social e de associativismo. Laura Morales faz mesmo uma retrospectiva da evolução do associativismo em 18 países europeus entre 1981 e 2002, um período de mais de 20 anos, e Portugal surge sempre nas últimas posições e em 2002 surge mesmo em último lugar destacado.

Ainda seguindo os dados de Laura Morales, temos, que em Portugal não só a grande maioria dos cidadãos não pertence a associações como os que pertencem são em geral membros de apenas uma associação. E se os que pertencem a associações são em geral dos mais ativos da Europa, fazendo trabalho voluntário em prol da associação a que pertencem, a exígua base de partida leva a que a percentagem global de pessoas a fazer trabalho voluntário seja em Portugal a mais baixa da Europa, embora a par com a Itália e com a Polónia.

Cruzando o nível de associativismo, medido pela percentagem da população que pertence a associações, e a intensidade dessa participação, medido pela percentagem de membros que faz trabalho voluntário, Dekker e van der Broek classificaram os países em 3 grupos:

- Paroquiais – Baixos níveis de associativismo mas forte ativismo dos que participam (Exemplo: Portugal, Itália)
- Ativos – Elevado nível de associativismo e forte ativismo dos que participam (Exemplo: Estados Unidos da América.)
- Completos – Elevado níveis de associativismo e ativismo médio dos que participantes (Exemplos: Suécia, Dinamarca). (Dekker & van der Broek, 2004).

Parece, pois, indiscutível incluir o nosso país no grupo de países com baixo Capital Social. Vejamos agora se os representantes na nação, os deputados eleitos, também apresentam baixos índices de participação cívica.

## 5. PARTICIPAÇÃO CÍVICA DOS DEPUTADOS DA X E XI LEGISLATURAS

### 5.1. Fontes usadas

As Fichas Biográficas dos Deputados incluem informação sobre a participação destes em organizações cívicas de vários tipos (recreativas e culturais, religiosas, de solidariedade social, académicas, ambientais e outras) bem como a participação enquanto dirigente de organizações de interesses patronais, sindicais ou profissionais. Foi essa informação que analisámos.

É importante referir que os deputados estão sujeitos ao Estatuto dos Deputados (Lei 7/93 de 1 de Março e posteriores alterações) e ao Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos políticos e altos cargos públicos (Lei nº64/93 e posteriores alterações).

O Estatuto dos Deputados impõe, no seu artigo 26 número 1, a criação de “*um registo de interesses na Assembleia da República*”, que consiste no preenchimento por cada deputado “em documento próprio, de todos os atos e atividades suscetíveis de gerar impedimentos”. Ainda de acordo com o Estatuto dos Deputados (nº6 do artigo 26), o “*registo de interesses deverá ser depositado na Comissão Parlamentar de Ética nos 60 dias posteriores à investidura no mandato*”. Este registo é público devendo ser disponibilizado a quem o solicitar (artigo 26, nº 7).

A Comissão de Ética estuda essa declaração, feita em impresso próprio (em papel ou em versão eletrónica) e decide da existência ou não de incompatibilidades. A declaração deve, entre outras obrigações, incluir informação sobre as atividades exercidas antes da eleição e as que os deputados se propõem exercer em simultâneo com o mandato de deputado:

3 - Do registo deverá constar a inscrição de atividades exercidas, independentemente da sua forma ou regime, designadamente:

- a) Indicação de cargos, funções e atividades, públicas e privadas, exercidas nos últimos três anos;
- b) Indicação de cargos, funções e atividades, públicas e privadas, a exercer cumulativamente com o mandato parlamentar. (Estatuto dos Deputados Artigo nº 26, número 3)

O registo a ser preenchido pede no seu capítulo IV – Cargos Sociais:

Desta rubrica deve constar a discriminação dos cargos de administrador, gerente, gestor, diretor, membro de comissão administrativa, conselho fiscal e comissão de fiscalização, membro da mesa de assembleia geral ou cargos análogos, de qualquer sociedades comerciais, civis sob a forma comercial, cooperativas ou públicas e também de associações, fundações, instituições particulares de solidariedade social, misericórdias e semelhantes, tanto nacionais como estrangeiras. (impresso da Assembleia da República: Registo de Interesses).

Por seu lado no capítulo III Atividades, considera-se “ integrada nesta rubrica toda e qualquer atividade pública ou privada que o declarante exerça incluindo atividades comerciais ou empresariais, profissão liberal e o desempenho de funções eletivas ou de nomeação” (impresso da Assembleia da República: Registo de Interesses).

Assim fica claro que a informação recolhida no Registo de Interesses se restringe a cargos dirigentes e não à simples afiliação numa associação cívica.

### 5.2. Metodologia

Dividimos os parlamentares em três grupos de acordo com o seu perfil de experiência parlamentar: os estreantes – os que entraram pela primeira vez na Assembleia da República, os experientes, que já tinham servido uma ou duas legislaturas (8 anos) e os veteranos já com três ou mais legislaturas no curriculum.

Para cada um dos grupos fomos medir o nível da sua participação na direção associativa e em grupos de interesses.

Dividimos também os deputados em grupos etários no sentido de apurar se a idade poderia ter alguma influência na participação cívica, nomeadamente se as camadas mais jovens exibiam um maior ativismo.

Retivemos a pertença partidária procurando aqui descortinar se os deputados de algumas agremiações partidárias seriam mais ativos do que os deputados de outras.

Analisados os resultados a primeira grande conclusão é que em ambas as legislativas a participação dos deputados na direção de associações cívicas ou em organizações de defesa de interesses (patronais, sindicais ou profissionais) é escassa. A grande maioria dos parlamentares não tem qualquer participação a este nível. Acresce que da X para a XI legislatura há mesmo um decréscimo do número de deputados participativos.

### 5.3. X Legislatura

Para a X Legislatura verificamos que se considerarmos a participação cívica total – direção de organizações cívicas e organizações de interesses – os três grupos são praticamente indistinguíveis. Em todos os grupos a taxa de participação é baixa, com a grande maioria dos deputados, mais de dois terços, a não ter qualquer participação na direção nem em associações cívicas, nem em organizações de interesses.

O grupo com maior participação é o dos Veteranos com 33,33% e grupo com menor participação é o dos Estreantes com 30,69%. As diferenças entre os três grupos são mínimas (ver Quadro1).

**Quadro 1**

#### Deputados da X Legislatura

#### Organização de interesses ou organização cívica

| Tipo de Experiencia | Número de Deputados | Participa em Organizações Cívicas | %      |
|---------------------|---------------------|-----------------------------------|--------|
| Veterano            | 33                  | 11                                | 33,33% |
| Experiente          | 96                  | 31                                | 32,29% |
| Estreante           | 101                 | 31                                | 30,69% |
| Total               | 230                 | 73                                | 31,74% |

Também não se verificam diferenças significativas da taxa de participação quando analisamos o perfil etário dos deputados. O grupo dos mais velhos (nascidos antes de 1950) é o que exhibe uma taxa de participação mais elevada e que se cifra nos 33,96% e o grupo dos quarentões (nascidos entre 1950 e 1960) a mais baixa nos 29,33% (ver Quadro 2).

## Quadro 2

### Participação dos deputados da X legislatura – por escalões etários

|                                                         | Em 1950<br>ou antes | Entre<br>1951 e<br>1960 | Entre<br>1961 e<br>1970 | Depois<br>de 1970 | Total |
|---------------------------------------------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------|-------|
| Deputados com participação                              | 18                  | 22                      | 21                      | 12                | 73    |
| % Participantes sobre total<br>de participantes         | 24,66%              | 30,14%                  | 28,77%                  | 16,44%            |       |
| Total deputados por idades                              | 53                  | 75                      | 66                      | 36                | 230   |
| % Participantes<br>relativamente ao seu grupo<br>etário | 33,96%              | 29,33%                  | 31,82%                  | 33,33%            |       |

Contudo a participação cívica apresenta perfis diferentes quando a analisamos ao nível dos partidos políticos. Aqui existe um partido – o PSD – que exibe uma taxa de participação muito superior à dos restantes partidos, que da extrema-esquerda à extrema-direita apresentam valores similares (ver Quadro 3)

## Quadro 3

### Participação dos deputados da X legislatura – por partidos políticos

|                                                       | CDU    | BE     | PS     | PSD    | CDS    | TOTAL |
|-------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| Deputados com participação                            | 4      | 2      | 32     | 32     | 3      | 73    |
| Total Deputados                                       | 14     | 8      | 121    | 75     | 12     | 230   |
| % Participantes sobre total geral<br>de participantes | 5,48%  | 2,74%  | 43,84% | 43,84% | 4,11%  |       |
| % Participantes por partido                           | 28,57% | 25,00% | 26,45% | 42,67% | 25,00% |       |

## 5.4. XI Legislatura

Na XI Legislatura o panorama de baixa participação dos deputados agrava-se como já vimos, sofrendo uma redução superior a 10 pontos percentuais.

Em termos dos três grupos de experiência parlamentar, agora recalculados para a nova composição da Assembleia, verifica-se que todos os grupos decrescem. E o grupo em que a participação associativa mais desce é exatamente o dos estreantes – de 30 para 10%. (ver Quadro 4)

**Quadro 4**

**Deputados da XI Legislatura**  
**Organização de interesses ou organização cívica**

| Tipo de Experiencia | Número de Deputados | Participa em Organizações Cívicas | %      |
|---------------------|---------------------|-----------------------------------|--------|
| Veterano            | 47                  | 13                                | 27,66% |
| Experiente          | 104                 | 25                                | 24,04% |
| Estreante           | 79                  | 8                                 | 10,13% |
| Total               | 230                 | 46                                | 20,00% |

O grupo etário mais participante continua a ser o mais velho mas agora com maior distância dos restantes grupos (ver quadro 5).

**Quadro 5**

**Participação dos deputados da X legislatura – por escalões etários**

|                                                   | Em 1950 ou antes | Entre 1951 e 1960 | Entre 1961 e 1970 | Depois de 1970 | Total |
|---------------------------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|----------------|-------|
| Deputados com participação                        | 14               | 11                | 10                | 11             | 46    |
| % Participantes sobre total de participantes      | 30,43%           | 23,91%            | 21,74%            | 23,91%         |       |
| Total deputados por idades                        | 39               | 69                | 65                | 57             | 230   |
| % Participantes relativamente ao seu grupo etário | 35,90%           | 15,94%            | 15,38%            | 19,30%         |       |

Por outro lado enquanto na X Legislatura o PSD se destacava-se agora é a CDU a exhibir maior taxa de participação mas num quadro em que todos os partidos apresentam valores da mesma ordem de grandeza (Ver Quadro 6).

**Quadro 6**  
**Participação por partido dos deputados da XI Legislatura**

|                                                    | CDU    | BE     | PS     | PSD    | CDS    | TOTAL |
|----------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| Deputados com participação                         | 4      | 3      | 19     | 17     | 3      | 46    |
| Total Deputados                                    | 15     | 16     | 97     | 81     | 21     | 230   |
| % Participantes sobre total geral de participantes | 8,70%  | 6,52%  | 41,30% | 36,96% | 6,52%  |       |
| % Participantes por partido                        | 26,67% | 18,75% | 19,59% | 20,99% | 14,29% |       |

## 6. CONCLUSÕES

As taxas de participação na direção de associações cívicas ou em grupos de interesse, uma das mais relevantes formas de participação social e de interação entre cidadãos, é relativamente reduzida entre os membros do parlamento português. Essa taxa era de 31% na X Legislatura e baixou para os 20% na XI Legislatura.

Se considerarmos três grupos de experiência entre os deputados – estreantes, experientes e veteranos – verifica-se que as taxas de participação são semelhantes entre os grupos na X Legislatura e que na XI o grupo dos estreantes exibe uma participação claramente inferior à dos outros dois grupos.

Também em termos etários não existem diferenças significativas, embora na XI legislatura o grupo mais idoso se destaque pela sua taxa mais elevada de participação.

Por último a participação é muito semelhante da direita à esquerda, sem que o posicionamento ideológico tenha qualquer influência nas taxas de participação dos deputados.

Confirma-se, assim, a hipótese de partida quanto à participação associativa deste subconjunto das elites políticas – que seria baixa e uniforme – que formulámos com base na Teoria do Capital Social.

## REFERÊNCIAS

- Bourdieu, Pierre (2010). The Forms of Capital. Recuperado a 13 de Junho, 2010 de <http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/bourdieu-forms-Capital.htm>,
- Burton, Michael G., & Higley, John (1987). Elite Settlements. Recuperado a 28 de Março, 2010 de <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/tpla/8701.pdf>
- Coleman, James (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, 94, pp 95-120
- Coleman, James (1994). Foundations of Social Theory. Cambridge: First Harvard University Press
- Dekker, Paul & van den Broek, Andries (2004). Civil Society in Longitudinal and Comparative Perspective: Voluntary Associations, Political Involvement, Social Trust and Happiness in a Dozen Countries. Paper presented at the 6th International Conference of the International Society for Third-sector Research, Ryerson University, Toronto, 11-14 Julho
- Domhoff, G. William (2005). Alternative Theoretical Views. Recuperado a 24 de Novembro de 2011 de [http://www2.ucsc.edu/whorulesamerica/theory/alternative\\_theories.html](http://www2.ucsc.edu/whorulesamerica/theory/alternative_theories.html)
- Knack, Stephan & Keefer, Philip (1997). Does Social Capital have an economic payoff? A cross country investigation. *Quarterly Journal of Economics*, 112 (4), 1251-1288
- Mosca, Gaetano (1997). The ruling Class. In Eva Etzioni-Halev (Eds). *Classes and Elites in Democracy and Democratization – A collection of Readings*. Recuperado a 20 de Dezembro de 2009 de <http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=IkW5nSTkx-UC&oi=fnd&pg=PA53&dq=ruling+class+gaetano+mosca&ots=7e9La6KSOB&sig=9JlyuydZ7rQnHYMYXgCaR5xHsbc#v=onepage&q=ruling%20class%20gaetano%20mosca&f=false>
- Pareto, Vilfredo (2008). Tratado de Sociologia Geral. In M. Braga da Cruz (Org.). *Teorias Sociológicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Morales, Laura, (2010). Changing Patterns of Associational involvement in Europe – very first draft. Recuperado a 20 de Junho de 2010 de: <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/uppsala/ws8/Morales.pdf>
- Putman, Robert D. (1994). Making Democracy Work. New Jersey: Princeton University Press
- Viegas, José Manuel Leite & Leite, Susana, (2009). Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações. In André Freire e José Manuel Leite Viegas (org). *Representação Política – O Caso Português em perspectiva Comparada*. Lisboa: Sextante